

CAPÍTULO XI

Da Política Econômica à Crise Política

No início de 1977 não havia propriamente crise na economia brasileira. Existiam graves desequilíbrios. E no entanto vivíamos uma atmosfera de crise. O governo tomava medida de salvação nacional. Cortava os investimentos públicos. Criava o “empréstimo restituível” de 2 cruzeiros para a gasolina, desistindo da medida logo em seguida, face ao protesto generalizado principalmente das camadas médias. Mais do que contraditórias — e elas o eram, já que o governo se propunha a gastar todo o dinheiro recolhido embora tivesse pouco antes cortado investimentos públicos com grande alarde — as medidas eram dramáticas. E a atmosfera de crise se alastrava. O Presidente da Confederação Nacional das Indústrias afirma então que a “Nação enfrenta uma hora de dura realidade. O país chega a uma encruzilhada. O povo tem dúvidas e o empresariado inquietações”.¹ Parecia ter razão. E, no entanto, se crise econômica é desemprego, retração da atividade econômica, taxas negativas de crescimento, não havia crise. Muito pelo contrário. Mas se crise é sinônimo de problemas, se significa que afinal se percebe que o “milagre” acabou e que

¹ Discurso do Sr. Thomaz Antonio Pompeu, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, pronunciado no Rio de Janeiro, perante o Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, em 21 de janeiro de 1977.

existem desequilíbrios na área de inflação e do balanço de pagamentos; se representa a necessidade de se definir o padrão de divisão do excedente econômico, fazendo com que alguns recebam menos para que o equilíbrio se restabeleça; se crise econômica significa que alguém ou alguns setores ao nível das classes dominantes têm que pagar para se restabelecer o equilíbrio financeiro e principalmente o equilíbrio no balanço de pagamentos — então temos crise. Mas nesse momento é fácil perceber que crise econômica e crise política passam a se confundir.

De um ponto de vista estritamente econômico obviamente não havia crise. Sequer recessão. Desde o segundo semestre de 1975 que entramos em nova fase ascendente do ciclo econômico capitalista, depois de uma recessão que durou um ano, entre o segundo semestre de 1974 e o primeiro de 1975. Em 1976 a taxa de crescimento do produto foi de 8,7%. O setor industrial cresceu 11%; o setor agrícola, devido às geadas sobre o café, 4,2%; o comércio, 8,8%; os transportes e comunicações, 7,5%. O índice de emprego industrial da FIESP cresceu 7,9% em relação a setembro de 1975, o índice FGV de ofertas de emprego cresceu 60,5% no mesmo período.

A recessão 1974-1975 seguiu-se a um processo de acumulação que se inicia em 1967 e alcança seu ponto máximo em 1973. Esta recessão, embora seja freqüentemente relacionada com a elevação nos preços de petróleo e a subsequente recessão da economia mundial, na verdade está relacionada apenas indiretamente com esses dois fenômenos. Em nenhum momento, em 1974 ou 1975, o Governo reconheceu efetivamente a gravidade da profunda deterioração das relações de troca causada pela ação da OPEP. Esta deterioração implicava uma perda real para a produção do país. Obrigava-nos permanentemente (enquanto não houvesse uma melhoria na relação entre os preços de nossos produtos exportados e importados) a uma redução na disponibilidade de bens e serviços com que pode contar a economia.

As medidas de contenção tomadas no primeiro semestre de 1974 eram tímidas e não foram determinadas pela elevação dos preços do petróleo. Em relação ao balanço de pagamentos, nutria-se ainda um imenso otimismo quanto às nossas perspectivas de exportação. As medidas restritivas visavam apenas a

reduzir a pressão inflacionária. Contribuíram, em consequência, para iniciar um curto processo recessivo, na medida em que, no auge de 1973, já estava embutida uma crise de realização. Os preços e os lucros dos capitalistas subiam mais rapidamente do que os ordenados dos tecnoburocratas, acabando por provocar um desequilíbrio entre a oferta em rápida ascensão de bens de consumo de luxo e a procura pelos mesmos que passava a crescer a taxas menores.

Já no segundo semestre de 1975, entretanto, o equilíbrio da economia tendia a se restabelecer. Os aumentos dos salários dos trabalhadores, concedidos pelo Estado, a partir das eleições de novembro de 1974, contribuíram para estimular a demanda agregada. Estes aumentos provocaram principalmente o aumento da demanda de bens de consumo simples, produzidos pelo setor capitalista tradicional da economia. Entretanto, levaram também a um aumento na demanda de bens de luxo do setor moderno, não apenas porque existe uma área cinzenta entre os salários dos trabalhadores e os ordenados dos tecnoburocratas, mas também porque os trabalhadores mais qualificados já consomem alguns bens duráveis mais sofisticados.

Por outro lado, ultrapassado o auge, os ordenados, que se constituem em um custo relativamente fixo, provavelmente já haviam restabelecido seu equilíbrio em relação aos lucros, e a economia pode retomar seu processo de crescimento. O fato não foi percebido imediatamente. As medidas que o Governo toma no segundo semestre de 1975, agora especificamente para conter as importações, com a criação do recolhimento compulsório de 100%, provocam imediatamente previsões sobre "o provável aprofundamento da crise", na medida em que se reduziriam as importações de equipamentos e insumos básicos. Ora, já estávamos saindo da recessão, e não conheço caso de crise no sistema capitalista originada por limitações do lado da oferta. Estas podem provocar redução na taxa de crescimento, nunca crise de realização. Além disso, as medidas eram novamente tímidas. Consistiam em criar principalmente empecilhos financeiros indiscriminados às importações. Tiveram pouco efeito. A economia continuou a crescer.

No primeiro semestre de 1976, quando a taxa de inflação adquiria grande impulso, ao mesmo tempo em que se agravava

o desequilíbrio do balanço de pagamentos, as autoridades governamentais dão-se conta de que havíamos saído da crise. Em seguida, e a partir de uma orientação econômica ortodoxa,² diagnosticam a inflação como sendo exclusivamente de demanda e passam novamente a tomar medidas de contenção. Procuram restringir o crédito ao mesmo tempo que adotam a medida tipicamente neoclássica de liberar as taxas de juros para que estas subam e assim se reduzam os investimentos e a economia volte ao equilíbrio.

Desta vez, entretanto, como a economia estava em plena fase ascendente do ciclo, as medidas de controle de crédito não tiveram o mesmo efeito que em 1974. E o aumento da taxa de juros obviamente só teve como resultado aumentar os lucros dos bancos, organizados em cartel, e levar as empresas oligopolísticas a transferir esse aumento para seus preços. Em vez de deflacionário, o aumento das taxas de juros foi mais um componente da permanente inflação administrada (ou de custos) que caracteriza a economia brasileira.³ A inflação administrada, possível dado o caráter altamente oligopolístico da economia, permite a realização de aumentos autônomos de preços (não determinados por uma procura superior à oferta). Quando à (a) inflação administrada se adicionam (b) a entrada da economia na fase ascendente do ciclo econômico e (c) a rigidez relativa da oferta em certos setores da economia, inflação administrada, inflação de demanda e inflação estrutural somam-se para aumentar a taxa de lucro e estimular a acumulação capitalista.

A contenção do crédito também não teve os efeitos recessivos desejados porque o *open market*, criado para auxiliar

² Entendemos por orientação econômica "ortodoxa" o pensamento microeconômico neoclássico, baseado no liberalismo econômico e na crença no mercado como capaz de manter a economia em equilíbrio. A visão macroeconômica keynesiana, na medida em que foi cooptada ou desfigurada pelos neoclássicos, também deve ser considerada ortodoxa.

³ É extraordinária a insistência da política econômica de utilizar a taxa de juros para reduzir a demanda por investimentos. Apesar de haver uma aparente lógica, fazendo variar inversamente a taxa de juros e de acumulação, a grande maioria das pesquisas, inclusive uma realizada por mim em 1970 (EAESP/FGV, 1970, mimeo.), não revelam a existência de correlação significativa entre as duas variáveis.

o controle da quantidade de moeda, transforma-se em um obstáculo a esse controle. São criados pelo sistema financeiro títulos adicionais, além das Letras do Tesouro, com alta liquidez em virtude das cartas com promessas de recompra. Estes títulos transformam-se, assim, em moeda fora do controle do Banco Central. E esse mercado de letras a curto prazo não só cria artificialmente moeda, mas também desvia poupanças e aumenta a velocidade de circulação da moeda, tornando limitados os efeitos das medidas restritivas governamentais.

A economia continuava assim e continua até o momento em pleno processo de crescimento. Há algumas indicações, ainda imprecisas, de arrefecimento da demanda de bens de consumo, mas nada caracteriza o início de uma recessão.

Não há recessão, mas há dois graves desequilíbrios: a inflação alcançou 46% em 1976, contra 29% em 1975, e o desequilíbrio da balança comercial será superior a 2 milhões de dólares. Somado ao desequilíbrio dos serviços, teremos provavelmente um deficit em transações correntes de cerca de 6 milhões de dólares. Com isso, a dívida externa chegará próximo dos 28 bilhões de dólares o que ultrapassa de muito os padrões, em relação às exportações, que as atuais autoridades monetárias consideravam há poucos anos como satisfatórios.⁴ A situação só não é mais grave porque esta dívida está bem administrada, com um sistema de escalonamento razoavelmente seguro; e porque o país dispõe de um bom volume de reservas, as quais inclusive aumentaram nos últimos meses graças à maior liquidez internacional e ao fato de que a elevação das taxas de juros internas, se não serviu para combater a inflação, tornou mais interessantes os empréstimos externos.

Ao mesmo tempo em que todos estes fatos ocorriam, desenvolvia-se desde o início de 1974 uma ampla campanha movida pela burguesia local contra a tecnoburocracia estatal

⁴ Em 1972 o atual Ministro da Fazenda afirmava que a medida mais significativa para medir a dívida externa era deduzir dela as reservas e em seguida dividi-la pelas exportações. Segundo Simonsen, em 1964 essa relação alcançara 1,89, caindo de forma satisfatória para 1,70 em 1971. Não havia, portanto, razão para preocupar-se (*Brasil 2002*, APEC, Bloch, 1972, Rio de Janeiro, pp. 107-108). Em 1976 esse índice já era superior a 2.

em função do processo de estatização que vinha ocorrendo. Esta campanha, que tinha o óbvio apoio das multinacionais, representava uma fissura no sistema de poder vigente (aliança da burguesia local, das multinacionais e da tecnoburocracia estatal). Seu pano de fundo era o conflito da burguesia local, que procura afirmar seu poder em face à ameaça estatizante. Mais a curto prazo, refletia os desequilíbrios e a sensação de crise porque passa o modelo econômico brasileiro, que levava os participantes no processo a procurar culpados. Por outro lado, a campanha contra a estatização era um meio para a burguesia local alcançar reivindicações frente ao Estado. A limitação da correção monetária, nos empréstimos a longo prazo, a 20%, para uma série de setores considerados prioritários, foi o primeiro resultado importante desta campanha. A exigência de autorização especial do Presidente da República para a criação de novas empresas estatais foi outra conquista da burguesia local. O escândalo das mordomias e dos altos ordenados dos tecnoburocratas estatais foi outro capítulo desta luta.

Esta campanha reflete-se agora na política econômica. A decisão do final de 1976 de realizar cortes nos investimentos públicos constitui não apenas uma medida de política fiscal clássica no sistema capitalista, mas é também um resultado da campanha antiestatizante. Se se deseja reduzir os investimentos e o consumo, uma alternativa óbvia seria a de se aumentar significativamente os impostos sobre os tecnoburocratas e capitalistas. Esta, aliás, seria uma medida mais legítima no momento atual brasileiro não apenas em função da conjuntura econômica, mas principalmente tendo em vista a necessidade de desconcentrar a renda no país.⁵

No plano da análise de conjuntura, entretanto, a indagação fundamental a ser respondida é a seguinte: é necessário

⁵ O jornal *O Estado de São Paulo* de 19 de dezembro de 1976 informava que deverão ser realizadas algumas alterações no imposto de renda, inclusive aumentando a taxa de recolhimento na fonte e o imposto sobre títulos de renda fixa. As medidas anunciadas, entretanto, não implicam em qualquer aumento significativo da tributação. Não fazem parte nem da política de contenção nem de uma eventual política distributivista. Refletem antes o esforço de "racionalização" do sistema tributário.

provocar uma recessão na economia brasileira para equilibrar a balança comercial e controlar a inflação?

Os defensores das medidas anunciadas no fim de 1976 afirmavam que esta é a única alternativa. Que as outras possíveis soluções já se revelaram ineficientes. Que afinal, com dois anos de atraso, caímos na realidade e adotamos as mesmas medidas que foram adotadas, com sucesso, pelos países centrais.

É certo que, para equilibrar suas balanças comerciais, os países centrais adotaram políticas econômicas restritivas, visando a reduzir a atividade econômica e provocar o desemprego. É menos certo que estas medidas tenham tido sucesso. Realmente bem sucedidos, entre os grandes países centrais, foram os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. E seu êxito deveu-se menos às medidas restritivas e mais à capacidade de aumentar fortemente suas exportações para os países petrolíferos. Foram, entretanto, êxitos isolados, que não podem ser generalizados no curto prazo. A capacidade de importação dos países produtores de petróleo é limitada. Seus portos foram atulhados de mercadorias, principalmente por aqueles países. Mas por mais que importassem ainda lhes sobrava um enorme saldo em divisas, que só poderia ser correspondido pelo deficit nos demais países centrais e periféricos. O êxito isolado daqueles três países, portanto, não significa que provocar uma recessão econômica seja a melhor solução para a economia brasileira.

Na verdade, além de procurar aumentar as exportações, o que não significa propriamente uma solução, na medida em que todos os esforços nesse sentido vinham sendo realizados anteriormente à elevação dos preços do petróleo, existem outras soluções alternativas para equilibrar a balança comercial. As medidas principalmente financeiras adotadas foram muito tímidas. Poderíamos ter aumentos de tarifas com efeitos mais decisivos. Além disso, poderíamos estabelecer restrições quantitativas diretas, com a proibição pura e simples da realização de certas importações e o estabelecimento de quotas para outras, de acordo com o tipo de mercadoria e o tipo de procedência. Finalmente, o estabelecimento temporário de um sistema de taxas múltiplas de câmbio, que deu bons resultados nos anos cinquenta, poderia ser agora reintroduzido

com sucesso. O fato de o Estado estar muito mais bem aparelhado técnica e organizacionalmente do que há vinte anos atrás asseguraria os bons resultados para essas medidas administrativas.

Soluções desse tipo não são viáveis para os países centrais dados os compromissos e acordos que os mantêm ligados. O Brasil, entretanto, não tem nenhuma necessidade de sentar-se à mesa do Fundo Monetário Internacional ou do GATT como se fosse um país desenvolvido. Esta é uma vaidade que nos custará sempre muito caro.

A adoção dessa política mimética, entretanto, não é apenas reflexo de dependência cultural ou da vontade de dialogar com os países centrais como se fôssemos um deles. Reflete também o modelo de subdesenvolvimento industrializado tecnoburocrático-capitalista que caracteriza a economia brasileira. De acordo com esse padrão de acumulação, o objetivo fundamental é reproduzir os padrões de consumo do centro para uma minoria moderna na periferia. Para isto é necessário estabelecer, através do sistema financeiro internacional e das empresas multinacionais, um sólido sistema de solidariedade do Brasil com o capitalismo internacional. Para isto é preciso aceitar as regras do jogo do sistema capitalista central. Não há maior crime para este do que o estabelecimento de quotas, de sistemas de contingenciamento. Por outro lado, o sistema financeiro internacional está orientado para apoiar as exportações dos países centrais de forma que o país subdesenvolvido que necessita de empréstimos externos e ao mesmo tempo precisa reduzir suas importações vê-se sob duas pressões contraditórias, como vimos recentemente no caso dos contratos da Rede Ferroviária Federal com a Inglaterra.

As perspectivas e contradições

As medidas restritivas, ainda que inseguras e limitadas, já que dentro do próprio Estado existem forças que a elas se opõem, provavelmente acabarão por provocar uma recessão. Isto, certamente, ajudará a minorar, a curto prazo, os problemas do balanço de pagamentos. Entretanto, seus efeitos serão limitados porque, conforme observou a economista Maria

Conceição Tavares, o principal problema do balanço de pagamentos não está na balança comercial, mas no enorme déficit dos serviços. Por isso, medidas restritivas podem inclusive ser contraproducentes para o balanço de pagamentos, na medida em que afugentamos investidores diretos estrangeiros. Se a curto prazo essas medidas são de pouca valia para resolverem o desequilíbrio externo, a longo prazo será preciso esperar que a política de substituição de importações na área de insumos básicos e equipamentos, iniciada em 1974, produza efeitos. As medidas restritivas não têm obviamente efeito terapêutico a longo prazo sobre o equilíbrio externo da economia. Em relação à inflação, também a curto prazo os efeitos das medidas restritivas são duvidosos, ou melhor, limitados. Na medida em que existe um forte componente de administração oligolística no processo inflacionário, as grandes empresas são capazes de aumentar seus preços e defender seus lucros mesmo com a queda da demanda.

Por outro lado, não resta dúvida de que esta política econômica terá efeitos regressivos sobre a distribuição de renda. Estará, assim, perfeitamente compatível com o modelo de acumulação vigente no país. Os dois grupos mais prejudicados deverão ser os trabalhadores que serão desempregados e a pequena burguesia que não conseguirá aumentar seus preços tão rapidamente quanto o necessário para manter sua participação na renda em uma situação de afrouxamento da demanda e de inflação administrada oligopolisticamente. Não o conseguirá na medida em que as pequenas e médias empresas de propriedade da pequena burguesia operam em mercados competitivos. Poderá haver prejuízo ainda para alguns setores fornecedores de áreas afetadas por cortes de investimentos. As indústrias produtoras de bens de capital, entretanto, são geralmente muito versáteis, produzem em grande parte sob encomenda e contam no momento com ampla carteira de pedidos. Só serão atingidas se a recessão aprofundar-se, transformar-se em crise.

Nada indica, entretanto, que uma hipótese desse tipo venha a ocorrer. O Estado está a serviço da acumulação capitalista e não contra ela. Na política estabilizadora de base keynesiana com vieses neoclássicos de permeio, que está sendo praticada, há um caráter contraditório fundamental. Estamos

muito próximos de uma política de *stop and go*, de restringir e estimular. Esta política ao mesmo tempo estabiliza e desestabiliza. Quando a economia entra em fase ascendente do ciclo, como é o caso agora, o Estado intervém para restringir. Mas logo em seguida estimula, para impedir que a recessão se transforme em crise. Na média esse tipo de política tende a reduzir as flutuações do ciclo capitalista clássico. Entretanto, quando é praticada com muita frequência, muitas vezes quando ainda não chegou o momento, ou quando é marcada por hesitações, marchas e contramarchas, o resultado é reduzir a taxa geral de crescimento a longo prazo da economia.

E aqui surge uma última contradição a ser analisada. Kalecky deixou muito claro, em seu clássico artigo sobre os aspectos políticos do pleno emprego, que aos capitalistas não interessa manter ou alcançar o pleno emprego. Há necessidade de um exército industrial de reserva, que facilite o processo de absorção dos desequilíbrios inflacionários pela classe operária. A acumulação capitalista não sofre qualquer prejuízo a longo prazo, quando se mantém uma certa taxa de desemprego na economia. Pelo contrário, é facilitada na medida em que garante o rebaixamento dos salários e a manutenção da taxa de exploração. Esta é a lógica neoclássica, que é perfeitamente coerente com os interesses da burguesia nos países centrais. Em um país como o Brasil, entretanto, em que existe oferta ilimitada de mão-de-obra independentemente da criação de desemprego aberto, nem a análise crítica de Kalecky nem a razão neoclássica se aplicam. Os capitalistas não precisam de um exército industrial de reserva estrito senso para manter rebaixados os salários. Por outro lado, para a classe tecnoburocrática estatal o fundamental é maximizar a taxa de crescimento da economia. É a taxa de crescimento do PIB que a legitima, é o aumento da eficiência econômica do sistema que justifica seu poder e sua participação no excedente econômico através de ordenados crescentes. A política de contenção fica assim sem apoio nem da tecnoburocracia nem da burguesia. É fácil então entender porque surgem contradições entre a ortodoxia neoclássica e os interesses das classes dominantes, estabelecendo-se assim um claro limite às medidas restritivas do governo.

As recentes medidas de "racionalização" do consumo de gasolina refletem essas contradições. Indicam que o governo

de um lado não acredita em sua capacidade de ir muito longe em sua política de contenção da demanda, e de outro que continua sem coragem para adotar medidas de controle administrativo mais radicais como o racionamento. Continua em um meio termo que insatisfaz a todos.

Ao estabelecer um recolhimento compulsório de dois cruzeiros sobre o preço da gasolina e afirmar em seguida que o dinheiro será utilizado para financiar sistemas de transporte urbano e pequenas e médias empresas, o governo adota uma medida claramente inflacionária, que contradiz sua anunciada política de contenção. Ao mesmo tempo deixa profundamente insatisfeitos os estratos sociais médios, que sofrerão o ônus de financiar o combustível consumido. É claro que esse ônus do financiamento é muito mais prejudicial para essas camadas do que para os estratos superiores. Se o "recolhimento restituível" corresponde aproximadamente a um desembolso efetivo de um cruzeiro (aceita uma inflação mais um custo de oportunidade do dinheiro de 100% em dois anos),⁶ seria mais simples e menos prejudicial para os estratos médios aumentar o preço da gasolina em um cruzeiro.

Mais lógico ainda, já que tanta burocracia é criada com o empréstimo, e muito mais eficiente seria estabelecer desde logo o racionamento. Mas nesse momento os preconceitos neoclássicos entram em funcionamento, "é preciso deixar o mercado funcionar", e adotam-se medidas como essa, que nos deixam pelo menos perplexos. . .

Mais do que perplexos nos deixam convencidos de que realmente existe crise. Apenas essa crise não é apenas nem principalmente econômica. É principalmente política.

Sua origem é em parte econômica. É preciso que alguém pague para que se restabeleça o equilíbrio. Maria Conceição

⁶ Dada a taxa de inflação mais oportunidade do dinheiro de 100% em dois anos, dois cruzeiros recebidos no fim desse prazo terão o valor de um cruzeiro hoje. Para se chegar a esse resultado basta dividir o valor nominal de dois cruzeiros por um mais a taxa de 100%.

$$1 = \frac{2}{1 + \frac{(100\%)}{(100)}}$$

Tavares, no encontro da ANPEC – Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, em dezembro de 1976, no Guarujá, afirmou que quem pagará acabará sendo o “povão”. Concordo e acrescento nos termos de minha apresentação naquele mesmo encontro⁷ “os trabalhadores e a pequena e média burguesia”, já que esta não será capaz de transferir para os consumidores, em forma de preços mais elevados, o aumento dos custos financeiros causados pela liberação da taxa de juros e a elevação dos custos fixos provocada pela redução prevista nas vendas. Mas Maria Conceição Tavares foi além em sua análise e afirmou que isto não bastará, que a solução da crise implicava em resolver o conflito entre a burguesia financeira e a burguesia industrial, surgido a partir das altas taxas de juros. Sem dúvida está correta a notável economista. Os juros altíssimos cobrados por um sistema financeiro oligopolizado e cartelizado estão dividindo a classe capitalista.

Mas os conflitos ao nível das classes dominantes, embora ainda mal definidos, são mais profundos. Estas classes começam a perceber não apenas que os desequilíbrios são graves e que alguém terá que ser prejudicado para restabelecer o equilíbrio, mas também que desta vez o clássico recurso de fazer apenas os trabalhadores reduzirem seus salários não funcionará ou não será suficiente. Estes já pagaram tudo ou quase tudo que era possível pagar através da política salarial até 1974. Será preciso, portanto, jogar com o excedente econômico. Será preciso fazer com que os tecnoburocratas que recebem ordenados ou os capitalistas que recebem lucros paguem também. E entre estes, quem pagará? Ou quem já se sente pagando? Os empresários produtivos da indústria e do comércio, os rentistas, ou o sistema financeiro? O setor agrícola ou o industrial? Os importadores ou os exportadores? A pequena ou a alta burguesia? Os capitalistas ou os tecnoburocratas? Como se redistribuirá o excedente reduzido relativamente?

⁷ Este trabalho corresponde à minha apresentação naquela reunião, com uma nova introdução e uma nova conclusão. Esta conclusão aproveita a sugestão de Maria Conceição Tavares e ao mesmo tempo segue a linha de raciocínio de meu artigo anterior sobre a desaceleração econômica e a crise política em um sistema autoritário, “Política Econômica e Desaceleração,” *Folha de São Paulo*, 4 de janeiro de 1976, também reproduzido no *Jornal de Debates*, 18 a 22 de fevereiro de 1976, com o título “Desaceleração, Crise e Autoritarismo.”

A crise política, que se iniciou com o fim do "milagre" e com a derrota eleitoral em 1974 (que 1976 apenas aparentemente compensou), ganha agora todos os seus contornos. Se o problema é redistribuir o excedente, qual a legitimidade do governo para arbitrar essa redistribuição? Enquanto se distribuía a prosperidade, nada havia a objetar, mas quando se quer distribuir sacrifícios, por que atribuir essa tarefa a um sistema autoritário em claro processo de erosão de legitimidade política? A burguesia, a tecnoburocracia, os próprios militares fazem perguntas e não encontram respostas. Será correto aceitar a arbitragem do Estado, quando existe o velho mercado para arbitrar? E, na medida em que o Estado deve manter-se no papel de árbitro, como legitimar esse próprio Estado? Podemos continuar pretendendo legitimá-lo através de um processo de transmissão burocrática de poder?

Quando no seio das próprias classes dominantes perguntas desse tipo começam a ser colocadas com insistência, é sinal de que podemos esperar modificações políticas importantes. Aumentar a repressão é eventualmente uma solução, mas cada vez menos viável, na medida em que não há terrorismos ou comunismos significativos a reprimir. Manter o *status quo* parece cada vez menos razoável para todos. Não seria essa a oportunidade para a redemocratização? Não seria esse o momento para o restabelecimento do Estado de direito? Há indicações que sugerem uma resposta afirmativa a esta pergunta. Em face à crise de legitimidade do atual sistema e à necessidade de arbitrar uma distribuição de sacrifícios, uma distribuição negativa do excedente entre as próprias classes dominantes, tudo indica que a alternativa democrática ganha viabilidade histórica. Afinal, embora a burguesia tenha-se beneficiado muito por sua aliança com a tecnoburocracia estatal, desde 1964, isto não significa que se tenha alienado inteiramente ao Estado. Se o Brasil é uma formação social em que o modo de produção capitalista continua a prevalecer sobre o modo tecnoburocrático ou estatal de produção, a principal classe dominante continua a ser a burguesia. Quando esta burguesia começa a demonstrar claros sinais de insatisfação, não há razão para acreditar que a tecnoburocracia militar, apesar de todo o seu poder, continue a manter o sistema autoritário intocado. Sob influência da pressão ideológica dos aparelhos controlados pela burguesia é muito provável

que os militares comecem a se interrogar e a se dividir. E estará aberto o caminho para o processo de democratização.

Esta viabilidade, entretanto, precisa ser operacionalizada. Por quem? Por que frações da burguesia? E da tecnoburocracia? É difícil responder. O apoio dos trabalhadores e das esquerdas em geral é certo. Mas estes não têm no momento possibilidade de comandar o processo de democratização sem a participação de frações da burguesia e da tecnoburocracia estatal, inclusive dos militares. Em qualquer hipótese, tudo indica que, em meio à crise, uma nova oportunidade histórica se abre para este país. Importa aproveitá-la.

(Folha de S. Paulo, 12 e 13 de fevereiro de 1977.)